
Curso: Direito

Grau ou Diploma: Mestrado

Ramo: Direito Administrativo e Contratação Pública

Plano de estudos: Aviso n.º 19349/2019, de 2 de dezembro

Docência:

Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:

Mestre Margarida Olazabal Cabral

Outro(s) docente(s) da unidade curricular:

-

Idioma de ensino:

Português

Funcionamento:

Aulas participadas de aprendizagem da matéria e discussão de casos e jurisprudência, com envio do plano de aula e de casos com antecedência em relação às aulas, para preparação em casa.

Objetivos de aprendizagem:

Que os alunos fiquem a conhecer as formas, razão de ser, regime e limites da atuação do Estado, e das diversas entidades públicas, sob «veste empresarial». Que conheçam e saibam discutir as várias questões que se colocam em torno da atuação e do regime destas entidades, onde confluem temas de direito administrativo e de direito societário. Que percebam e conheçam a existência de um direito administrativo empresarial, e de um direito empresarial administrativo. Que conheçam e consigam perceber a atualidade destas questões, e a sua relevância na prática, e adquiram ferramentas que lhes permitam resolvê-las (sendo certo a confluência do direito administrativo e do direito societário levanta muitas questões complexas, não resolvidas pelo legislador, mas com muitas implicações na vida prática)

Conteúdos programáticos:

I - Empresas públicas

1. Enquadramento geral à luz da Constituição e da história portuguesa desde 1976;
2. Conceito de empresa pública:
 - a. Empresas constituídas nos termos da lei comercial;
 - b. A influência dominante;
 - c. Natureza jurídica das empresas públicas;
 - d. A questão do intuito lucrativo.



3. EPE – especificidades;
4. Empresas participadas;
5. Especificidades da relação acionista das empresas públicas; A relação com o sócio público / os poderes do sócio público.
Caracterização e limites da autonomia de gestão das empresas públicas
A responsabilidade por dívidas
6. Criação e governance das empresas públicas
 - a. A criação de empresas públicas;
 - b. Organização interna – órgãos e competências;
 - c. A relação com o Parlamento.
7. Empresas locais e empresas intermunicipais
 - a. Objeto e regime jurídico
 - b. Tipos de empresas municipais
 - c. A relação com os municípios participantes
 - d. O contrato de gestão e os contratos programa (remissão para final)
 - e. A relação acionista – a possibilidade de insolvência e a responsabilidade dos municípios
8. Fatores de administrativização das empresas públicas
 - a. Empresas públicas e CPA; empresas públicas e Tribunal de Contas; empresas públicas e LADA; empresas públicas e contratação.
 - b. Empresas públicas e jurisdição competente.
 - c. Relações laborais nas empresas públicas
9. O Estatuto do gestor público
 - a. Âmbito de aplicação;
 - b. Designação / eleição;
 - c. Contrato de gestão;
 - d. Incompatibilidades e impedimentos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O programa percorre o regime do setor público empresarial – DL 133/2013 - e o regime do setor empresarial local – Lei 50/2012 -, precisamente, os principais regimes da atuação do Estado, e de outras entidades públicas, sob veste empresarial. Estes regimes serão analisados nas suas várias vertentes, sendo analisados também outros regimes importantes para que se conheça na globalidade, e nos diversos ângulos, o regime da atuação da «administração pública sob veste privada», como é o caso do estatuto gestor público. Será analisada e discutida a aplicação de regimes típicos de Direito Administrativo às empresas públicas. Será também analisada a perspetiva constitucional e histórica, de forma a dar aos alunos ferramentas para que melhor compreendam estes temas. O programa permite discutir a razão de ser, os limites e as virtualidades, bem como as particularidades, da atuação do Estado e de outras entidades públicas sob veste empresarial. Permite também percorrer questões em que conflui o Direito das Sociedades Comerciais e o Direito Administrativo, e dar ferramentas para as resolver (sendo claro que o Direito não se pode meramente «encaixar em gavetas», e que com a evolução da sociedade cada vez mais é assim - esta disciplina é especialmente interessante por isso).

Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada):

Os ensinamentos da licenciatura em direito administrativo e direito das sociedades comerciais são suficientes (tendo que ser «refrescados»). Há aspetos de confluência com outras unidades curriculares (como contratação pública) mas não será necessário que estas sejam lecionadas previamente.

Método de ensino e avaliação:

Teórico-prático, com recurso constante a casos práticos retirados da «vida real» e a jurisprudência.

Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Só um ensino teórico-prático, com análise dos regimes com recurso a casos da «vida real» permite aos alunos conhecerem com proveito os regimes jurídicos aplicáveis, mas também tomarem contacto com as diversas questões que se colocam quanto aos mesmos e os problemas desta área de confluência entre o direito administrativo e o direito societário. Só dessa forma adquirem as ferramentas necessárias para as conseguirem discutir e resolver tais questões.

Bibliografia:

(algumas propostas de bibliografia)

Abreu, Coutinho, Sobre os gestores públicos, in Direito das Sociedades em Revista, Ano 3 – Vol. 6, Coimbra, Almedina, 2011;

Abreu, Coutinho, Curso de Direito Comercial, vol. II, Coimbra, 2001, pág. 85;

Amaral, Diogo Freitas do – Curso de Direito Administrativo, 2.ª ed, p. 358 e ss.

Amorim, João Pacheco, As empresas públicas no Direito Português, em especial as Empresas Municipais, Coimbra, 2000

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicas: natureza pública e vinculações jurídico-públicas, in

www.amjafp.pt/images/phocadownload/Interven%C3%A7%C3%B5es/coloquio2010_carloscadilha.pdf

Câmara, Paulo – Corporate governance e o setor publico empresarial dos Açores - in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra Editora/ Sérvulo, 2011, pp. 195-210

D’Alte, Sofia Tomé – A nova configuração do setor empresarial do Estado e a empresarialização dos serviços públicos, Almedina

Fernandes, Débora Melo - Reflexões sobre a delimitação da capacidade jurídica privada das empresas públicas: o princípio da especialidade – ROA – disponível online

Ferreira, Eduardo Paz (org.), Estudos sobre o novo regime do sector empresarial do Estado, Coimbra, Almedina, 2000

Em especial,

-Ferreira, Eduardo Paz, Aspetos Gerais do novo regime do setor empresarial do estado; -Duarte, António Pinto, Notas sobre o conceito e o regime jurídico das empresas públicas ,

-Morais, Luís D. S., As relações entre o Estado e as empresas públicas na sequência da aprovação do DL 558/99, de 17 de Dezembro;

de Direito Comparado;

-Lobo, Carlos Baptista, A função de atuação económica do Estado e o novo regime jurídico do setor empresarial do Estado e das empresas municipais;

- Ferreira, Eduardo Paz, Oliveira, Ana Perestrelo de Oliveira, Ferro, Miguel Sousa - O setor empresarial do Estado após a crise: reflexões sobre o Decreto-lei n.º 133/2012-, in Revista de Direito das Sociedades, 2013, ano V, 3, p.465-486
- Fonseca, Rui Guerra da, "Algumas Reflexões sobre o Regime de Contencioso Administrativo das Empresas Municipais, Intermunicipais e Empresas Públicas Integradas no Sector Empresarial do Estado", Revista do Ministério Público, Ano 23, Nº 90, Abr – Jun 2002;
- Fonseca, Rui Guerra da, "Autonomia estatutária das empresas públicas e descentralização administrativa", Almedina, 2005;
- Furtado, António Pinto, Curso de Direito das Sociedades, 4.ª edição, Coimbra, págs. 67-68
- Gonçalves, Pedro Costa, Entidades privadas com poderes públicos, Almedina, 2005
- Gonçalves, Pedro Costa, O direito de acesso à informação detida por empresas do sector público, in Cadernos de Justiça Administrativa n.º 81, pág. 3.
- Gonçalves, Pedro Costa, natureza jurídica das sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, Caderno de Justiça Administrativa, n.º 84.
- Gonçalves, Pedro Costa, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, Coimbra, Almedina, 2012
- Lino, Duarte Schmidt e Lomba, Pedro
Democratizar o governo das empresas públicas: o problema do duplo grau de agência / In: O Governo das Organizações: a vocação universal do Corporate Governance / Paulo Câmara, Almedina, 2011. - p. 683-719,
- Lucas, José Miguel -Empresas públicas e corporate governance – da definição da prossecução do interesse público ao controlo externo efetuado pela supervisão, in Revista de Direito das Sociedades, VII, 2016, p.7-43
- Machete, Pedro - Incompatibilidades e impedimentos no novo estatuto do gestor público: a ética de serviço público e as formas jurídico-organizatórias das empresas, in Incompatibilidades e impedimentos no novo estatuto do gestor público: a ética de serviço público e as formas jurídico-organizatórias das empresas
- Otero, Paulo - OTERO, Paulo, Vinculação e Liberdade de Conformação Jurídica do Sector Empresarial do Estado, Coimbra Editora, 1998.
- Porto, Manuel e Silva, João Calvão– Corporate governance nas empresas públicas, Revista de Ciências Jurídicas e Económicas – Ano 1, nº 2, 2010.
- Raimundo, Miguel Assis – As empresas públicas nos Tribunais Administrativos. Contributo para a delimitação do âmbito de jurisdição administrativa face às entidades instrumentais da Administração, Almedina, Coimbra, 2007
- Raimundo, Miguel Assis - "Ainda o acesso à informação detida por empresas públicas – Acórdão do STA (1.ª Secção) de 30.5.2013, P. 263/12" in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 98, Março/Abril de 2013, pp. 37-54;
- Silva, João Nuno Calvão da, Mercado e Estado, Serviços de Interesse Económico Geral, Almedina, 2008;
- Vicente, Pedro Miguel dos Santos Ferreira, Corporate Governance e Setor Empresarial Público em Portugal, Almedina, 2015

Legislação:

Principais diplomas legais: Decreto-lei n.º 133/2013; de 3-10, Lei 50/2012, de 31-8, decreto-lei 71/2007, de 21-3



Plano de Aulas:

- 1.ª aula – Explicação da disciplina, objetivos, programa e métodos; história e enquadramento constitucional das empresas públicas; introdução ao conceito de empresa pública; limites da atuação de entidades públicas sob veste empresarial.
- 2.ª aula – Panorama atual do Setor empresarial público. Empresas públicas – características e criação; A influência dominante; Empresas Públicas e intuito lucrativo.
- 3.ª aula - Natureza jurídica das empresas públicas/ capacidade jurídica das empresas públicas; Sas e EPES:
- 4.ª aula - Empresas públicas – relação com o acionista -A relação com o sócio público / os poderes do sócio público; autonomia de gestão; responsabilidade por dívidas
- 5.ª e 6.ª aula – o regime das empresas locais; limites e razão de ser das empresas locais.
- 7.ª e 8ª aula – Fatores de administrativização das empresas públicas
- 9.ª aula e 10ª aula – o gestor público – regime jurídico